

# Património Histórico e Urbanismo

## Algumas problemáticas da preservação e gestão do Património Histórico no planeamento de cidades

Mariana Martins de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[mariana\\_martins@estadao.com.br](mailto:mariana_martins@estadao.com.br)

**Resumo** O presente artigo propõe-se a discutir através de alguns exemplos de planeamento, a questão problemática da preservação e gestão dos conjuntos históricos, evidenciando os principais conflitos de interesses, principalmente a gestão privada ou estadual, ou mista do património; as dificuldades em conceituar e selecionar o património histórico; e o limiar entre o necessário e a alegoria no dimensionar novas intervenções. Procuramos igualmente nos posicionarmos a respeito de algumas questões que tem o hábito de causar controvérsia como demolições e reconstruções. E, finalmente, falamos da questão da educação patrimonial como uma solução para o planeamento de cidades.

**Abstract** The present article proposes to discuss throughout some examples of urban planning, the problematic matter of preservation and management of the heritage sites, spotlighting the main conflicts and interests, specially the private-state management relationship; the difficulties in putting together concepts and selecting the heritage to be preserved; and the limits inbetween the necessary and the alegory in dimensioning new interventions. We seek as well to place ourselves about some issues that have the habit of causing controversy such as demolitions and rebuildings. And, finally, we discuss the matter of heritage education as a solution to city planning.

Na década de 1960, Jane Jacobs, autora de *Morte e vida de Grandes Cidades*<sup>345</sup>, se fez uma pergunta que até hoje tentamos responder: “Que tipo de problema são as cidades?” Hoje talvez convenha fazer uma série de perguntas derivadas desta maior para depois voltar a ela. Devemos nos perguntar *Que tipo de problema são os Centros Históricos?*, por exemplo. *Que tipo de problema são os conjuntos urbanos?* Alguns começam a se perguntar *Que tipo de problema é o Património Industrial?* Se sairmos da área de preservação e entrarmos em questões de planeamento das cidades poderemos nos perguntar “*Que tipo de problema é a mobilidade urbana?*” ou ainda, se estivermos preocupados com o tipo de arquitetura construída nas cidades nos perguntaremos “*Que tipo de problema é a tipologia arquitetônica?*”

---

<sup>345</sup> JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Martins Fontes, São Paulo; 1ª edição, 2000.

Sobremaneira, estas perguntas são todas recorrentes na História da Arquitectura e do Urbanismo, mesmo antes de as cidades serem um assunto científico, pertencente a uma disciplina própria. Quando o Urbanismo é proposto como uma ciência individual, destacada da Arte, com interpretações próprias da cidade, de caráter reflexivo e crítico, que avançariam além do desenho e além da perspectiva renascentista, não se imaginava que o desaparecimento de uma ordem urbana anterior determinada implicaria o surgimento de uma nova.<sup>346</sup> Assim, de maneira inconsequente, foi levado adiante o conceito de desordem. É uma ideia que persiste, antes pertencente ao pré-urbanismo progressista, e que hoje se mantém: o caos urbano ou a desordem generalizada. Na verdade, as cidades podem ter um comportamento perfeitamente ordenado, mesmo que não planejado, ou ainda que sua ordem não possa ser interpretada ou compreendida.

Os modelos progressistas de planejamento das primeiras grandes cidades industriais se comportaram diante dessas questões criando situações fechadas de “sistemas limitadores e opressivos”<sup>347</sup>. O seu funcionamento dependia de um sistema paternalista de Estado e o património era considerado algo aparte da sociedade.

Numa resposta ainda insuficiente a essas questões, o modelo pré-urbanista culturalista - basicamente um modelo inglês representado por Morris, Ruskin e Ebenezer Howard -, faz uma crítica de ordem nostálgica à perda do património e ao desaparecimento da cidade medieval, transformada em cidade industrial, destacando a perda da originalidade do indivíduo, da organicidade, das irregularidades e assimetrias, que as cidades medievais possuíam. O modelo culturalista acaba por ser contra protótipo ou padrões e, de certa forma, na maré contrária dos acontecimentos históricos e da sociedade, é anti-industrialista. A limitação desse modelo está em sua própria percepção nostálgica do tempo, na necessidade de olhar para o passado, preservá-lo, que, entretanto fecha-se neste passado e torna a função destas cidades um monumento estático.<sup>348</sup>

Perpetuar a noção de perda e esquecimento como a razão da salvaguarda e estendê-la a todo tipo de situação é uma maneira de transformar a preservação num

---

<sup>346</sup> CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e realidades de uma antologia*; São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, ISBN 85-273-0163-6, p.06

<sup>347</sup> CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e ...*, p.10

<sup>348</sup> CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e ...*, p.14

ritual de passagem a gerações futuras daquilo que restou, o que Hobsbawn já teria caracterizado no fenómeno das *tradições inventadas*.<sup>349</sup>

Observando-se novamente os modelos pré-urbanistas - o progressista e o culturalista - que darão origem aos modelos utilizados pelos urbanistas que os seguiram e mesmo pelo planeamento atual de cidades, percebe-se uma problemática evidenciada: o tempo, responsável pelo sucesso da regra e pelo insucesso do modelo.

Falamos destes dois modelos de cidade porque questões hoje recorrentes na problemática da preservação urbana derivam de outras que foram, bem ou mal, respondidas por eles. O que separa o pré-urbanismo do urbanismo, segundo Choay, é que o primeiro é realizado de forma generalista, enquanto o segundo é feito por especialistas. Ambos dispõem, entretanto, dos mesmos modelos.

O Modelo Culturalista incentivava a cidade do espetáculo, o “*monumento como espetáculo*” é uma derivação disso.<sup>350</sup> De forma demagógica, condescendente e paternalista, os monumentos são deglutidos através de interferências como reconstituições históricas fantasiosas. A animação cultural e todo o aparato turístico em torno dos monumentos históricos, bem como a excessiva utilização de novas tecnologias, criam não só um fetichismo dos monumentos como implicam na impossibilidade do diálogo direto do monumento com o interlocutor. As cidades cenarizadas do espetáculo prevalecem, mesmo muito tempo depois da disseminação de seus preceitos e ainda depois de intensas críticas. Está no cerne dos projetos para novos centros urbanos e estruturas de uso coletivo.

A tentativa constante de produzir uma “*revifcação da experiência cultural*”<sup>351</sup> acaba por frustrar tanto os objectivos de preservar a cultura local quanto o de atingir o turista. Mesmo o turista está saturado da versão pitoresca de identidade urbana que a mediação excessiva do património acaba por passar.

O culto ao património, neste caso, não vem como um fato positivo. O culto é carregado de um grau supérfluo de afetividade e nostalgia que pode impedir o distanciamento histórico necessário para compreender e preservar o monumento.

Assim como o Modelo culturalista, o Modelo progressista também deixa uma herança nas políticas no património e de projeto urbano que convém destacar. No

<sup>349</sup> HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Editora: Paz e Terra, 1983

<sup>350</sup> MONNIER, Gérard. O edifício-evento, a história contemporânea e a questão do património, *Designio*, 2006, n. 6, p. 11-18

<sup>351</sup> PERALTA, Elsa & ANICO, Marta (orgs.); *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 2006. ISBN: 972-774-233-5

intuito de planejar cidades racionais, com lógica circulatória projetada para uma comunidade-tipo e um indivíduo-tipo<sup>352</sup>, o modelo sugeriu a *tabula rasa* como solução. A ideia baseia-se na postulação de um “*começo absoluto*”.<sup>353</sup> Dessa postura derivam as atuais demolições arbitrárias e restaurações inqualificáveis como formas de valorização recorrentes<sup>354</sup>. Boa parte das políticas de saneamento urbano da qual derivam as justificativas de remoção de populações de baixa renda da área central e eliminação de cortiços, bebem igualmente nesta fonte do planejamento.

De acordo com diversos estudos, esse fenômeno de enobrecimento com consequente substituição de população local é mais recorrente nas experiências norte-americanas do que nas europeias, onde as administrações locais tendem a sustentar a permanência das populações tradicionais dos bairros reabilitados.<sup>355</sup> Porém a *gentrificação* - tradução do termo original em inglês, *gentrification* - continua ocorrendo e é consequência de boa parte das intervenções ou processos chamados projectos de requalificação urbana.<sup>356</sup>

A primeira crítica do Urbanismo realizada pelo modernismo não consegue ultrapassar a questão do tempo através da qual os modelos anteriores fracassam. Perpetua, assim a reprodução de modelos, e acaba por concretizar o conceito de *tabula rasa* como uma solução projetual válida.

O Plan Voisin de Le Corbusier é boa prova disso. O Plano procura projetar uma nova Paris a partir de um novo modelo de urbanização. Ignora o aporte histórico ou social presentes na cidade existente, na prepotência de que seu projeto urbanizador fosse melhor e mais sensível às questões urbanas, confiante na teoria do caos urbano e da falta de ordenamento proveniente da ausência de planejamento. A negação do passado pelo movimento Moderno era compreensível, porém, sua necessidade de desprender-se de tudo aquilo que havia sido feito anteriormente para criar o novo, faz com que, ao contrário de distinguí-la, torne-a um produto do que nega.<sup>357</sup>

O modernismo vem acompanhado negativamente de uma certa apologia do esquecimento porém positivamente de um desprendimento do valor de afetividade

<sup>352</sup> CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e ...*, p.25

<sup>353</sup> CHOAY, Alegoria do Patrimônio. Editora: EDUNESP. São Paulo, 2001, ISBN 8574480304, p.112

<sup>354</sup> CHOAY, Alegoria do Patrimônio... , p.214

<sup>355</sup> GAGLIARDI C. M. R. *Um grande projeto entre o mar e as colinas: a renovação urbana da cidade italiana de Gênova*. in: *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 123-142, jan/jun 2011

<sup>356</sup> CIARDINI, F. e FALINI, P. *Los Centros Históricos - Política urbanística y programas de actuación*, Gustavo Gili, 1983, ISBN: 84-252-1152-2.

<sup>357</sup> FRAMPTON, K. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. Editora Martins. 2ª ed. 2008 ISBN - 10:8533624263

pela arquitetura anterior, uma tendência que fora demonstrada anteriormente por Violet-Le-Duc.

O Movimento Moderno entende que é possível institucionalizar uma nova visão de mundo. Para além, que não há outra alternativa senão essa para construir uma nova arquitetura, novas cidades, uma nova sociedade. O desprendimento, e mesmo a rejeição, da arquitetura do passado se tornam muito importantes para adquirir uma nova perspectiva do patrimônio, porém introduzem igualmente o conceito da destruição.

Por fim, a ideia de preservação é intrinsecamente moderna, justificada pelo próprio movimento de destruição, uma vez que para a reconstrução das cidades, era preciso, na perspectiva da destruição de tudo, selecionar e salvaguardar algo<sup>358</sup>. A preservação do Patrimônio Histórico faz, assim, parte do projeto moderno de cidade o que fica evidenciado através da Carta de Atenas, de 1933: desconstrução e preservação estão na mesma pauta.

Com as primeiras experiências desastrosas do Movimento Moderno, percebeu-se que suas propostas tinham falhas. A espontaneidade na vida das cidades italiana, francesa e inglesa não existia com essa política e as cidades modernas não tinham identidade. A espontaneidade foi retomada como conceito no CIAM VIII: o encontro, a reunião, a vida coletiva - que as cidades modernas haviam deixado de lado ou não alcançavam com seu novo projeto.

Se o modernismo configura-se como uma primeira crítica à construção da cidade, após o CIAM VIII haveria o nascimento de uma segunda crítica, fomentada por diversos pensadores, dentre eles, Jane Jacobs, Kevin Lynch e por outros fatores: a Carta de Veneza de 1964, as experiências de preservação e restauro de conjuntos do grupo Tendenza, em Bologna, na Itália, introduzindo novas noções como a da preservação da arquitetura menor, que até então era vista apenas como um cenário para os grandes monumentos. A preservação de conjuntos urbanos, bem como evidências dos efeitos nocivos da cidade construída a partir de uma “*folha em branco*” começam a surgir a partir de análises empíricas e diretas da cidade existente, fugindo ao desenho artístico e matemático da cidade moderna, aprendendo com os hábitos e usos a recriar a espontaneidade urbana, a respeitar a diversidade de usos e os eventos

---

<sup>358</sup> MOREIRA, C. C. *A Cidade Contemporânea - Entre a tabula rasa e a preservação. Cenários para o porto do Rio de Janeiro*. 1ª Ed. Editora da UNESP, 2005..., p.48

quotidianos. O uso do automóvel é reinterpretado e começa a dar sinais de que não resolverá os problemas urbanos de mobilidade, mas apenas introduzirá um novo fator.

A nova hipótese de cidade estabelece um cenário legível, integrado, símbolo de uma sociedade complexa, que ultrapassa a ordem definitiva e permite uma ordem aberta<sup>359</sup>. Identifica, inclusive, os problemas da teoria de Zoneamento, uma ideia nascida no fim do século XIX, e que prevalece até hoje no planejamento de cidades.

Supõe-se uma nova compreensão da cidade. Uma cidade como aporte de cultura material e imaterial, “*corporificação de várias camadas superpostas de forma complexa, o que poderia ser sintetizado pela ideia de cultura urbana, ou seja, dos vários modos de vida reunidos na cidade.*”<sup>360</sup>

Na segunda metade do século XX, as noções de urbanidade e materialidade como coisas distintas torna-se mais clara. Urbanidade como uma noção composta por um conjunto de fatores que vão além da materialidade, dos quais a materialidade pode ser aporte e é certamente parte, mas um não sinónimo. A materialidade por si só é esvaziada de significado. A identidade e o significado estão associados a uma estrutura, porém uma estrutura desprovida destes dois fatores não tem o mesmo valor de memória ou de urbanidade.

O crescimento das cidades aliado às novas tecnologias, a criação de redes de transporte rápido, a interligação e conurbação de municípios, o fenómeno da metropolização criando metrópoles regionais e nacionais, a alteração na velocidade dos deslocamentos, geram novos polos de atração e novas concentrações de pessoas. A periferação desenvolve-se paralelamente à saturação dos centros urbanos. Tudo isso converte a cidade em um “*objeto multiescalar*”<sup>361</sup> complexo e de difícil análise. Diversos espaços relacionam-se a despeito da distância. “*Perde-se a cidade econômica e a cidade histórica por descaracterização e abandono.*”<sup>362</sup> Surge a “*cidade descartável*”, a “*cidade predatória*”. Derivadas disso, uma série de “*anomias sociais*”.<sup>363</sup>

Em meio ao emaranhado de novas situações, projetos como Docklands e Puerto Madero, a partir da década de 1980, surgem com novo foco: a gestão urbana. A partir da criação de novos marcos e identidades, pretende-se estruturar novas regiões com o

<sup>359</sup> LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1999, p.05

<sup>360</sup> MOREIRA, C. C. *A Cidade Contemporânea ...*, p.20

<sup>361</sup> DOMINGUES, Álvaro. Conferência: Urbanização Difusa em Portugal. *in Dispersão Urbana: Diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa*, p.217

<sup>362</sup> DOMINGUES, Álvaro. Conferência: Urbanização Difusa ... , p.219

<sup>363</sup> DOMINGUES, Álvaro. Conferência: Urbanização Difusa ... , p.221

propósito de assumirem a função de centralidades. Estes projetos urbanos representam a introdução de novos modelos que serão repetidos a exaustão em novas circunstâncias urbanas em maior ou menor escala, mas apresentam em comum uma nova interpretação do papel do Estado nas intervenções, uma visão neo-liberal.<sup>364</sup>

Para viabilizar tais operações, as áreas centrais de diversas cidades, antes providas de um património e de uma urbanidade únicas são despidas de suas características originais e transformadas através dos preceitos estabelecidos, conservando apenas parte da materialidade ou construindo uma completamente nova que seja mais adequada aos propósitos económicos de quem as propõe.

O centro urbano tem um imenso poder de atratividade que a gestão urbana - os governos - logo perceberam. Nas tentativas de “retorno” ao centro da cidade,<sup>365</sup> através da associação da cultura e património à necessidade de dinamização económica, a prática urbana se volta para a reestruturação de áreas antigas através de processos largamente intitulados *revitalizações*. Constituem, assim, uma série de intervenções muitas vezes paradoxais entre si, fomentadas, inclusive, através da legislação que ora não prevê certas situações e ora, ainda que preveja situações problemáticas, as aprova, de maneira inconsequente ou por relevar os efeitos nocivos dessa permissividade.

Os limites entre o que pode, o que não pode e o que deve ou não deve ser feito com o património histórico das cidades é muito sensível. Para além disso, manter as tradições e a cultura presente nesses espaços tem um significado ainda maior. A materialidade sem a urbanidade promovida pelos usuários do espaço, pela cultura e tradição local, são apenas cascas vazias, conchas a espera de um conteúdo, um símbolo sem o seu significante. “*Suprimem-se as coisas suprimindo aquilo que elas representam.*”<sup>366</sup>

Vê-se com frequência a manutenção de um património construído, eleito pela voz da autoridade local e não pela população, como património, mas esquecendo-se - muitas vezes não por descuido, mas propositadamente - do património que de facto é material por carregar também imaterialidades. A materialidade sem a imaterialidade, ou seja, o objecto, desprovido de seu significado, não pode ser património.

---

<sup>364</sup> HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Edições Loyola, 1994. ISBN 8515006790

<sup>365</sup> MOREIRA, C. C. *A Cidade Contemporânea ...*, p.80

<sup>366</sup> JANEIRO, Pedro António, *A Imagem por Escrita, Desenho e Comunicação Visual: entre a Arquitectura e a Fenomenologia*, Série Mestres e Obras - Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, Secção Internacional, ISBN: 978-85-8089-010-5, Fevereiro de 2012, p.31

É preciso, a esta altura, fazer uma terceira crítica do urbanismo. O Zoneamento, na forma como é utilizado, não é efetivo em diversas circunstâncias. As legislações urbanas são falhas, e muitas vezes, mal organizadas. O entendimento das legislações pode ser complexo e inacessível e a formação de conceitos, confusa. O Planeamento atual ainda está impregnado da visão de *tabula rasa*, agora mascarado pelas propostas de revitalização, aspirando ao aspecto da preservação do património, mas ao mesmo tempo esvaziando-o de seu significado.

Vamos através de alguns exemplos esmiuçar o que já discutimos acima.

Um caso muito próximo que podemos estudar é o do planeamento urbano do Porto, em que o zoneamento foi praticamente abolido. O plano trabalha, entretanto, através de Sistemas - de transporte, circulação, patrimonial, etc. -, e com áreas específicas de projeto, as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPGs). Desta maneira, não há sobreposições ou vazios não abordados pelo plano. As especificações são dadas para uma área completa, observando-se as características específicas da área. Isto evita a enorme colcha de retalhos que planos que utilizam zoneamento, por exemplo, o plano urbanístico de Gênova, acabam por fazer.

Embora, num primeiro contato, o plano de Gênova<sup>367</sup> pareça muito bem organizado, a planta de zoneamento evidencia as dificuldades em estabelecer regras através de zonas. Ao invés de definir direcionamentos para uma grande zona, o zoneamento acaba abarcando pequenas e numerosas áreas e criando inúmeras sobreposições para suprir a ausência de soluções razoáveis específicas para cada um dos setores da cidade. Para a preservação do património, o plano de Gênova é extremamente ineficiente. Além de subvalorizar a arquitetura menor, diversos edifícios históricos foram suprimidos na Zona Portuária sob o pretexto de serem exemplares menos importantes no contexto geral urbano, através de um projeto extremamente negligente com a identidade local para privilegiar a produção de espaços turísticos standardizados.

O problema de demolir edifícios é que a substituição progressiva de elementos de um conjunto histórico compreensível, causa eventualmente a perda deste mesmo tecido, isolando elementos que ficam fragilizados. Ao suprimi-los aos poucos e

---

<sup>367</sup> O Plano Diretor Municipal de Gênova segue o Zoneamento Clássico e é constituído de texto legislativo com 71 artigos gerais, além de artigos específicos de número variável para cada uma das cinco grandes zonas territoriais (A,B,D,E,F) em que se divide, artigos para as subzonas de abordagem específica (ZONA H, ZONA X, ZONA T, ZONA W, ZONA Amb, ZONA Dst.), 276 páginas; bem como plantas do plano territorial em escala 1: 5000 e planta do centro histórico em escala 1:1000, dando destaque aos imóveis classificados como património.



substituí-los por nova arquitetura, os conjuntos tem sua compreensão comprometida e submetida à nova escala e tipologia imposta pelos edifícios novos. Em Gênova, a revitalização da antiga zona portuária do gabinete de Renzo Piano, com a inserção de novos elementos desligados do significado do património já edificado fazem com que a ambiência urbana se perca. Há um desconforto evidente devido à falta de diálogo suficientemente consistente entre os elementos, na forma como estão dispostos.

A Sopraelevata Aldo Moro, de 1965, construída já na tentativa de fluir as conexões do restante do tecido urbano com o centro da cidade, demonstra exatamente a impossibilidade de se forçar passar ou construir sobre os centros históricos estruturas que eles não comportam. Aparentemente, Gênova incorreu no mesmo erro com o projeto de *revitalização* proposto por Renzo Piano concluído em 1992.

A inserção do metro do Porto é outra intervenção que enfrentou esse mesmo problema: a mobilidade urbana em direção ao centro, onde encontra-se uma enorme estrutura de comércio e serviços, e um grande polo de atração turística, mas cuja acessibilidade tornou-se obsoleta. O metro, que transformou completamente a mobilidade urbana e possibilitou o acesso ao centro da cidade, provocou entretanto, com isso, a supressão do jardim da Avenida dos Aliados e, apenas recentemente, deu uma solução válida à Praça de Lisboa, imensa quadra encerrada entre o prédio da Reitoria da Universidade do Porto e a Igreja dos Clérigos.

Não esqueçamos que novas inserções trazem consigo novos problemas. Com maior fluxo de pessoas para a Baixa do Porto com a melhoria da acessibilidade, surgem outras questões de administração do espaço urbano, como a necessidade de locais para a recepção do turista, o preparo da segurança pública para novos públicos que frequentarão os espaços, novas estruturas de serviços para a população que utiliza-se dessas infra-estruturas e preparo para eventos de grande porte que passam a utilizar com mais frequência a praça seca da Avenida dos Aliados.

Além da problemática das decisões tomadas de cima para baixo, nestes casos que apresentamos, sem consulta direta à população, muitos projetos passam por cima da legislação e são implementados de forma sobreposta. Ou então observamos espaços de profunda deriva institucional devido a falhas do zoneamento, em que a legislação sequer faz alguma diferença.

No Quartiere del Ghetto, de Gênova, projeto de fomento de uma identidade coletiva e de uma comunidade local, realizado com não só o auxílio, mas a participação constante da população local nas decisões, o respeito à história local e a

preservação, através da inserção de políticas sociais além das políticas de restauro dos edifícios e da reestruturação da área, parecem ser muito mais efetivos e cuidadosos do que a legislação, pouco acessível à população e até certo ponto, mesmo ignorada dadas as condições extremas de encortamento baixa renda e mesmo pobreza em que se encontravam os habitantes da região antes da intervenção da iniciativa Urban. Observa-se nesse caso não só uma melhoria física da região, mas também que os índices sociais antes e depois do programa demonstram melhoria na qualidade de vida das populações. A conexão com o lugar através da formação de identidades locais evita, para além, que a gentrificação ocorra com o restauro dos edifícios.

Tomemos um exemplo em que ocorreu exatamente o contrário: o caso do “Pelourinho”, em Salvador, Bahia, nordeste do Brasil, de 1991<sup>368</sup>. Enquanto as autoridades locais subsidiaram as requalificações e modernizações da região histórica do Pelourinho como forma de transformar uma área degradada em atracção turística, a economia local parecia progredir. Quando, entretanto, as populações locais foram finalmente expulsas pelo processo de gentrificação, o próprio turista perdeu o interesse pela aparência do cenário histórico que havia sido criado sem autenticidade, antes uma réplica standardizada da ideia do que devem ser centros históricos requalificados para o turismo. Com a decadência do turismo, houve retirada de subsídios do governo. O pequeno turismo que restou não foi suficiente para mantê-lo economicamente e o degrado da região aos poucos retomou sua antiga face, sem entretanto jamais ser reocupado pelas populações que ao final já se vêem completamente deslocadas, desterradas. Fica apenas um grande vazio, um cenário deserto. Em 2012 foram lançados novos concursos de propostas para o local.

Não só a falta da participação popular revela-se constantemente um erro, mas também a avaliação isolada do monumento em detrimento do entendimento conjunto mostra-se um posicionamento questionável. Um grande avanço do plano diretor do Porto, que confirmamos através do estudo de Gênova, é que não há distinção entre tecido urbano e monumento. Define-se áreas históricas. Significa que para o PDM, a monumentos e arquitetura menor têm a mesma relevância e que, portanto, não há diretrizes específicas para os monumentos porque são eles parte integrante dos conjuntos históricos que devem ser preservados. O Planejamento de cidades ainda

---

<sup>368</sup> O projeto comumente referido como Requalificação do Pelourinho é chamado oficialmente " Projeto de Requalificação do Centro Histórico de Salvador".

interpreta, genericamente, o valor simbólico dos monumentos como maior do que o dos conjuntos históricos e distingue-os, concentrando recursos e visibilidade. Suponhamos que a arquitetura menor não possua relevância semelhante aos monumentos, sua subtração ou descaracterização pode ainda interferir negativamente na própria apreensão do monumento<sup>369</sup>, o que fica muito claro no estudo exemplar da Catedral de Milão, cuja importância ficou significativamente diminuída com a supressão dos edifícios em frente à fachada principal e a modificação das ruas e praça a sua volta.<sup>370</sup> A ampliação do conceito de arquitetura menor por Giovanonni, em 1913, já abria a possibilidade de estendermos o valor patrimonial para outras situações que não a do edifício isolado. Na prática, entretanto, ainda ocorre de forma muito singela.

Ainda a propósito do Zoneamento, no Rio de Janeiro, mais uma vez, sua aplicação demonstra-se ineficiente. Dividido em quatro macrozonas, o planeamento tem as diretrizes de atuação: promover o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento para o turismo; fazer planeamento contínuo integrado; destacar a função social da cidade e da propriedade urbana; destacar o Rio de Janeiro como “cidade pólo da região metropolitana”; promover a cooperação entre governos e iniciativa privada; incentivar a descentralização econômica.

As decisões tomadas a respeito do planeamento da cidade por sua administração, demonstram, entretanto, uma consentida permissividade. Causada pela sobreposição das chamadas Áreas de Especial Interesse (AEIs) e das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs) ao zoneamento demarcado pelo plano, diferentemente das UOPGs do plano do Porto, supracitadas, as AEIs não são definidas em área ou conteúdo pelo plano.<sup>371</sup> Tanto ao governo local quanto à iniciativa privada cabe o poder de as propor

---

<sup>369</sup> A primeira recomendação a esse respeito é da Carta de Atenas de 1931. " III - A valorização dos monumentos: A Conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas."

<sup>370</sup> RUFINONI, M. R. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*, Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009, p.40

<sup>371</sup> "Art.51. A regulamentação de particularidades regionais, constantes dos Planos de Estruturação Urbana, Áreas de Especial Interesse - AEIs nas suas diferentes modalidades, e dos demais instrumentos legais disponíveis para a alteração das normas de uso e ocupação do solo, serão automaticamente incorporados à LUOS\*, garantindo sua permanente atualização.

I.Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU é aquela destinada a projetos específicos de estruturação ou reestruturação, renovação e revitalização urbana;" - Lei Complementar nº111 de 1º de fevereiro de 2011 - Plano Diretor do Rio de Janeiro, p. 22

\*LUOS : Lei de Uso e Ocupação do Solo

e de decidir sobre seu conteúdo. O zoneamento não as regula e integra diretamente qualquer AEI proposta à Lei de Ocupação e Uso do Solo. Todo o discurso do Plano Urbanístico do Rio de Janeiro pode-se transformar, assim, em uma tagarelice demagógica a despeito do que se deseja para a cidade, já que, a qualquer momento, pode-se propor um novo projeto que pode vir a sobrepor o planeamento.

O plano do Rio de Janeiro acaba por evidenciar, na sua tentativa de colocar as AEIs em mãos de agentes privados e públicos na mesma proporção, um dos maiores problemas dos atuais planeamentos de cidades e projetos para áreas urbanas: a gestão equilibrada da relação entre a esfera pública e a esfera privada. Projetos como Puerto Madero, em Buenos Aires, e Docklands, em Londres, permitiram que a iniciativa privada e o mercado imobiliário trabalhassem sozinhos. A introdução do neoliberalismo e o enfraquecimento do poder do Estado sobre as políticas urbanas sugere o nascimento de novas regulações.<sup>372</sup>

De modo geral, o que se observa, não somente em relação ao zoneamento, mas em toda a forma de constituir a legislação urbana é o que Álvaro Domingues já teria apontado em sua conferência *Urbanização Difusa em Portugal*: “A regulamentação é surpreendida pela adversidade do real.”<sup>373</sup> O que nos leva a um novo ponto importante: a questão da atualização do plano diretor.

Quanto a isso, talvez Gênova seja a cidade pioneira: seu plano é atualizado anualmente. Já o Plano do Porto, teria sido revisado em 2006, sendo o plano anterior de 1993. Nova revisão é prevista apenas para dez anos após a entrada em vigor do plano. A considerar que a última revisão iniciou-se em 2003 e foi somente deliberada em 2006, entendemos que a revisão é um processo de três anos ao menos. Assim sendo, o próximo plano diretor só deve ser iniciado em 2016 e suas resoluções seriam deliberadas apenas em 2019. Quanto ao plano do Rio de Janeiro, a última versão anterior à presente de 2011, é de 1992.

O que o património tem a ver com estas questões de planeamento urbano?

Evidentemente, a deriva administrativa facilita a supressão das identidades locais e a descaracterização do património, que ficam à mercê da força económica da iniciativa privada de grandes empreendedores ou das decisões tomadas pelos governantes arbitrariamente, sem qualquer base legislativa. Os pequenos, sejam eles, as comunidades locais ou os conjuntos históricos de arquitetura menor, não têm

<sup>372</sup> DOMINGUES, Álvaro. Conferência: *Urbanização Difusa ...*, p. 221

<sup>373</sup> DOMINGUES, Álvaro. Conferência: *Urbanização Difusa ...*, p.223

poder para enfrentar a especulação imobiliária, ou seja, a valorização ou desvalorização do solo urbano por meio de projetos e discursos construídos, neste caso, facilmente, com o apoio da falta de definições, atualidade e rigor da legislação urbana.

A prática constante de esvaziamento de significado, massificação e cenarização do ambiente urbano cria uma cidade com aspecto internacional porém sem identidade. Um modelo comum, de leitura fácil e direta para o turista, mas completamente esvaziada de significado, o que reflete inclusive sobre o mesmo turista, como já vimos no caso do Pelourinho, que enfada-se com a repetição.

Parece ser uma preocupação universal do planeamento de cidades atual, a *autopromoção* urbana em relação ao restante do mundo, como se essa promoção fosse significar a salvação económica de cidades que não tem a oferecer mais do que um aparato cultural construído na lógica do espetáculo, com base em seus antecedentes modelos culturalistas, já mencionados. A espontaneidade e vitalidade das cidades e a tão sonhada urbanidade se perdem diante da materialização de um cenário ideal.

A conversão do monumento em dinheiro - que vai da locação e sua utilização como suporte publicitário para venda de produtos de consumo em geral até à venda de uma imagem urbana aprazível, reconhecível e que possibilite um certo grau de afetividade ao público -, as “revitalizações”, “recuperações” e “reabilitações”, dentre outros termos utilizados, demonstram a fraqueza do Estado, especialmente do Legislativo, em promover a real vocação de suas cidades, melhorar a qualidade da vida de seus habitantes, e preservar seu património, no lugar de lhes atribuir falsas qualidades, imobiliárias, digamos assim.<sup>374</sup>

Nesta falsa impressão está a brecha para a introdução de “falsos” ou “reconstruções filológicas”<sup>375</sup>, para as reconstituições e as novas construções à moda

---

<sup>374</sup> JANEIRO, Pedro António, *A Imagem por Escrita, Desenho...*, p.23

<sup>375</sup> Optamos pela não utilização do termo neutro, questionada por diversos autores. O elemento arquitetónico “neutro”, de fato, não existe e toda intervenção arquitetónica tem peso sobre o conjunto do ambiente em que se insere. Os termos “falso” ou “reconstrução filológica” são mais adequados. Retratam o tipo de arquitetura que pretende-se uma cópia fiel de elementos históricos. A diferença entre os termos falso e reconstrução filológica está no primeiro ser uma nova construção inventada com base em anteriores porém com características próprias e o segundo pretender-se a exata cópia de um elemento que teria existido alguma vez, sido suprimido por razões elas quaisquer, e, posteriormente, seja reconstruído com a pretensa de possuir a mesma representatividade do elemento original anterior.

É preferencial, em situações extremas, que, ao invés de reconstruir a parte em ruína do edifício, uma nova construção seja feita, respeitando-se as características da original com um novo projeto. O conjunto só tem a ganhar com a ausência de um elemento falso que não só retira do observador uma noção temporal que poderia ganhar com a ausência, como pode induzir ao erro.

das antigas. Também para os edifícios-espetáculo que suprimem o valor do patrimônio por encobri-lo ou diminuí-lo em escala.

São bons exemplos que podem se opor a essa solução: a preservação das ruínas do Convento do Carmo - o que restou após o terremoto, em Lisboa -, e o Projeto de Lina Bo Bardi para a Ladeira da Misericórdia em Salvador. Eles demonstram, o primeiro pela ausência e o segundo pela inserção de um novo elemento, que a preservação não precisa reconstruir o que anteriormente estava lá para haver um registro histórico significativo do conjunto edificado. Ambos os projetos, entretanto, dependeram apenas da sensibilidade de quem os fez e não da regulamentação urbana que poderia discursar a este respeito.

Não se trata de um afeto nostálgico do culto ao patrimônio no sentido religioso do termo, a espera que todo edifício ou toda comunidade seja preservada de forma estática e engessada. Não se trata, igualmente de uma postura anti-progresso e contra a inserção de elementos novos na estrutura urbana. Sugerimos, ao contrário, a adoção de sistemas flexíveis e sensíveis às questões culturais. A lógica atual de planejamento de cidades deve se inverter ao preço de esvaziarem-se de significado, no caso contrário.

Os espaços criados para as novas imposições do mercado imobiliário são vazios, como já dissemos, de significado e, logo, serão vazios de pessoas. Tornam-se espaços descartáveis e na medida que não possibilitam mais a espontaneidade da cidade histórica podem ser facilmente esquecidos. A arquitetura que não pode fazer parte da memória coletiva desaparecerá, pois novos usos não serão atribuídos a elas - já que são construídas para fins muito específicos -, e a tendência é a sua substituição constante por novos espaços que, por definição, se seguirem a mesma lógica, terão igual destino.

Talvez uma das únicas, senão a única maneira de evitar que isso ocorra, é conscientização da importância do patrimônio através da educação, bem como o constante desenvolvimento de estruturas de preservação mais flexíveis.

Quanto às perguntas que nos fizemos no início, dentre elas a principal *Que tipo de problema são as cidades?* podemos apenas responder a quem o problema pertence. O Urbanismo não se trata mais de uma questão científica que possamos resolver fechados na pesquisa teórica. As cidades e as decisões sobre elas devem pertencer aos que se utilizam dela diariamente. É dos planejadores e arquitetos certamente,

porque nelas também habitam, ou melhor, vivem. Mas principalmente das populações que são atingidas com a mudança de um conceito, de uma diretriz ou de uma legislação. Só pode haver mudança no comportamento a respeito dos projetos urbanos, quando houver consciência universal sobre a importância das cidades e da memória e cultura da qual as cidades são aporte físico.

## BIBLIOGRAFIA

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992. [Primeira edição italiana: *Storia dell'arte come storia della città*. Roma: Riuniti, 1983.]

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información, 1998

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e realidades de uma antologia*; São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, ISBN 85-273-0163-6

\_\_\_\_\_ A regra e o modelo: Sobre a Teoria da Arquitetura e do Urbanismo /La Règle et le Modèle sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme. 2nd ed. Ed. Caleidoscopio Seuil. Trans. Tiago Marques. Portugal: Seuil, 2007

\_\_\_\_\_ Alegoria do Patrimônio. Editora: EDUNESP. São Paulo, 2001, ISBN 8574480304, p.214

CIARDINI, F. e FALINI, P. *Los Centros Históricos - Política urbanística y programas de actuación*, Gustavo Gili, 1983, ISBN: 84-252-1152-2

DOMINGUES, Álvaro. *Conferência: Urbanização Difusa em Portugal. in Dispersão Urbana: Diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa*

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Editora: Paz e Terra, 1983

JANEIRO, Pedro António, *A Imagem por Escrita, Desenho e Comunicação Visual: entre a Arquitectura e a Fenomenologia*, Série Mestres e Obras - Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, Secção Internacional, ISBN: 978-85-8089-010-5, Fevereiro de 2012

KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). *Gustavo Giovannoni - Textos Escolhidos*. 1ª ed. Cotia- SP: Ateliê Editorial, 2013

LEMAIRE, Raymond. *Autenticidade e Patrimônio monumental*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. [Authenticité et Patrimoine Monumental, Restauro, Napoli, 1994, n. 129, p. 7-24] In: Restauro, Nápoles, 1994

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1999

MONNIER, Gérard. *O edifício-evento, a história contemporânea e a questão do patrimônio*, Designio, 2006

MOREIRA, Clarissa da C. *A Cidade Contemporânea - Entre a tabula rasa e a preservação. Cenários para o porto do Rio de Janeiro*. 1ª ed. Editora da UNESP, 2005



OLIVEIRA, Mariana Martins de. *Património Histórico e Urbanismo: algumas problemáticas da preservação e e gestão do Património Histórico no planeamento de cidades. Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 251-267, *eBook*

PERALTA, Elsa & ANICO, Marta (orgs.); *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 2006. ISBN: 972-774-233-5

RUFINONI, M. R. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*, Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009.